

Cidade e tempo: reflexões sobre a memória e a experiência no contexto da sociedade de massas

Alex Sandro Côrrea¹
Maria Terezinha Bellanda Galuch²

Resumo: O objetivo deste artigo é refletir sobre a memória e a experiência no contexto da sociedade de massas, tendo como pano de fundo a transformação da cidade em metrópole, bem como a temporalidade inscrita nesse processo. Propomos discutir e apresentar alguns mecanismos de natureza social, econômica, política e tecnológica que de maneira direta ou sutil incidem nos processos de formação do indivíduo. Sob este ângulo, discutiremos a maneira pela qual esses mecanismos tendem a destruir a memória social e coletiva, impactando a formação do indivíduo e sua experiência.

Palavras chave: memória, experiência, cidade e tempo.

Abstract: This article aims to reflect on the memory and the experience in the context of mass society, having as a backdrop the transformation of the city into a metropolis and temporality inserted in this process. We propose to discuss and present some mechanisms social, economic, political and technological that, directly or subtly, affect the processes of the individual formation. From this angle, we discuss the manner in which these mechanisms tend to destroy the social and collective memory, affecting the formation of the individual and their experience.

Keywords: Memory, experience city and time.

Introdução

Neste texto objetivamos refletir sobre a memória e a experiência no contexto das sociedades contemporâneas, tendo como pano de fundo a transformação da cidade em metrópole bem como a temporalidade inscrita nesse processo. Serão objeto de reflexão alguns mecanismos de natureza social, econômica, política e tecnológica que de maneira direta ou sutil incidem nos processos de formação do indivíduo. É desse ângulo que caracterizaremos a maneira pela qual esses mecanismos tendem a apagar a memória social e coletiva, impactando a formação do indivíduo e sua experiência.

Cabe ressaltar que o tema da memória comporta uma multiplicidade de conceitos ou perspectivas de análise. Podemos pensá-lo com base nos referenciais da psicanálise, da medicina, da história, da antropologia, da própria filosofia etc.; e poderíamos, igualmente, abordá-lo em diferentes contextos e perspectivas. Todavia, com base em alguns conceitos da psicanálise, traremos à baila os temas da memória e do esquecimento bem como a forma como podem ser debatidos e compreendidos. Na sequência, refletiremos, com base nas características que definem o novo modo de vida urbano, sobre a função social das lembranças, num universo marcado pela aceleração, pela pressa, pelo predomínio do efêmero e do descartável e pela tendência à hegemonia das formas eletrônicas, quer no espaço público, quer no interior da própria casa ou mesmo nas escolas.

¹. Mestre em Educação: História, Política e Sociedade na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Professor do Instituto Federal de São Paulo. Doutorando em Psicologia Escolar: Instituto de Psicologia USP.

². Doutora em Educação: História, Política, Sociedade pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Realizou estágio de Pós-doutorado no Instituto de Psicologia da USP. Professora Associada da Universidade Estadual de Maringá.

O problema da memória comporta, entre outros aspectos, uma contradição que facilmente seria ignorada pelo senso comum. Essa contradição, que habita a memória, aponta para o fato de que, além da impossibilidade de tudo lembrar, sua ocorrência representaria algo insuportável para o sujeito; logo, a função do esquecimento pode ser pensada mediante a ambiguidade e as contradições que o conceito de memória carrega. Não por acaso, “uma das zonas mais incertas e obscuras no campo das lutas pela memória é a dialética da lembrança e do esquecimento” (ENDO, 2013, p. 47).

Com efeito, o embate entre o lembrar e o esquecer comportaria uma multiplicidade de posições. Muitas vezes, o apelo ao esquecimento pode ser tomado como um artifício, por parte do poder, para a supressão dos traços de injustiça cometidos, de crimes e de atrocidades. Neste caso, a postura que convida ao esquecimento trabalharia não no sentido de “elaborar o passado” (ADORNO, 2000) para compreendê-lo, mas de sufocá-lo para que sejam “[...] eliminadas as causas do que se passou [...]”, embora continuem existindo. (ADORNO, 2000, p. 49). E como explica o próprio autor: “A elaboração do passado como esclarecimento é essencialmente uma tal inflexão em direção ao sujeito, reforçando a sua auto-consciência w, por esta via, também o seu eu” (ADORNO, 1995, p. 48).

O horizonte que melhor exprime essa dialética da memória e do esquecimento poderia ser sintetizado na perspectiva da busca de uma “memória feliz”, cujo lema seria: “Esquecer sem culpa e lembrar com saudades se anuncia num horizonte de uma memória feliz” (ENDO, 2013, p. 49). Nessa perspectiva, o esquecimento tem o seu lugar, uma vez que sua ocorrência mergulha o sujeito em outras possibilidades, cujo movimento foi descrito por Blanchot (2007) em *A conversa infinita*. Assim, o autor afirma que “quando sentimos falta de uma palavra esquecida, ela se designa ainda por essa falta; nós a temos por esquecida e assim a reafirmamos nessa ausência que ela parecia ter sido feita unicamente para preencher e dissimular-lhe o lugar” (BLANCHOT, 2007, p. 171). O autor estabelece, ainda, um vínculo entre a fala e o poder do esquecimento, ressaltando que “falamos porque podemos esquecer” (BLANCHOT, 2007, p. 171). Portanto, é nessa costura simbólica da língua, da literatura que o autor expõe, entre outros aspectos, as ambiguidades subjacentes ao esquecimento.

Memória: ambiguidades e contradições

É fato que nas sociedades contemporâneas a amnésia, o esquecimento patológico e o apagamento dos rastros têm sido observados com frequência por vários autores, dentre os quais incluímos Benjamin (1989), quando analisa a consolidação da sociedade burguesa e as transformações de Paris no contexto da reurbanização por Haussmann. Com respeito a este fato, Rouanet (2013) aponta que o esquecimento do passado seria uma das marcas que caracterizam a condição do homem na sociedade contemporânea. Para o autor,

Esse esquecimento pode assumir a forma de uma hipomnese, olvido total ou parcial de fatos ou de relações entre fatos. Ou pode, pelo contrário, assumir o aspecto de uma hiperpnese, que os neurologistas e psiquiatras definem como capacidade anormal de lembrar-se. Era o caso de Funes, o Memorioso, personagem de Borges cujo triste destino era não poder se esquecer de nada. ‘Eu sozinho’, dizia ele, ‘tenho mais lembranças que terão tido todos os homens desde que o mundo é mundo’ (ROUANET, 2013, p. 363).

Contudo, Rouanet observa que o personagem citado seria “incapaz de ideias gerais” (ROUANET, 2013, p. 363), visto que sua visão era desconexa, desarticulada, isto é, sujeita à diáspora permanente. O personagem “[...] não podia pensar. Nem se lembrar, porque quem só pode se lembrar de detalhes desconexos, sem perceber o vínculo que os une, é incapaz de verdadeiras recordações [...]” (ROUANET, 2013, p. 363).

Freud (2010), em seu conhecido *Recordar, Repetir e Elaborar*, expõe logo no início a importância das reminiscências, em substituição ao método anterior, hipnose, para o tratamento psíquico. Trata-se, como observou Ricoeur (2003), de compreender o que Freud denominou “trabalho da memória”, sendo este, na interpretação do autor “[...] a luta a empreender contra a imposição de repetição estabelecida sob as pressões das resistências solidamente estabelecidas [...]” (RICOEUR, 2003, p. 6). Sob esse prisma, Ricoeur (2003) recupera no texto de Freud, voltado para o contexto clínico, alguns elementos com vistas a “[...] conservar e transpor alguma coisa para o campo da memória histórica [...]” (RICOEUR, 2003, p. 6).

Ricoeur (2003) resgata o conceito de “trabalho da memória” na confluência dos dois ensaios freudianos: *Recordar, Repetir e Elaborar* e *Luto e Melancolia*. Assim, ele se apropria do conceito de “trabalho da memória” para “[...] pensar também, por analogia, processos coletivos: de memória, de esquecimento e de repetição [...]” (GAGNEBIN, 2006, p. 103).

Com as considerações acima apresentadas, destaca-se o caráter complexo que envolve o debate acerca da memória e do esquecimento. Na perspectiva psicanalítica, o esquecimento “[...] acompanha cada fase de nossa reflexão sobre a memória; evocamos o esquecimento por ocasião do apagamento dos traços: sob essa forma definitiva, ele é irremediável [...]” (RICOEUR, 2004, p.128). Por isso, a nova tarefa que Freud (2010) atribui ao trabalho terapêutico é fundamental para livrar o homem de seus ‘fantasmas’.

Sob este enfoque, o potencial do indivíduo para recuperar as reminiscências, isto é, buscar as lembranças ou exercer o “trabalho da memória” é fundamental para a constituição da cura. Por essa via, Freud descobre que “sob as condições da resistência” (FREUD, 2010, p. 202) a lembrança é substituída pela repetição. De modo geral é destacado que, entre outros aspectos, o que o paciente repete seria: “[...] suas inibições e atitudes inviáveis, seus traços patológicos de caráter. Ele também repete todos os seus sintomas durante o tratamento” (FREUD, 2010, p. 202). Feita a constatação, destaca-se como uma das tarefas essenciais do trabalho terapêutico a “recondução ao passado” (FREUD, 2010, p.202). Nesse aspecto, “a tarefa do analista é facilitar a rememoração do material esquecido, para que o paciente possa libertar-se de seus demônios” (ROUANET, 2013, p. 359). Portanto, é no horizonte dessas questões que o tema da memória e do esquecimento pode ser pensado. Cabe ressaltar, mais uma vez, que a análise deste assunto pode ser desenvolvida e problematizada a partir de outras chaves, fato que lhe garante um sentido polissêmico e dinâmico.

Transformações no modo de vida urbano

Conforme já apontado no início deste texto, nosso interesse é, também, problematizar alguns aspectos que caracterizam as cidades contemporâneas, bem como o modo de vida urbano; indagar se as novas configurações do tempo e da experiência, acionadas pela economia de mercado, interferem nos processos que dizem respeito à função social das lembranças e, portanto, no processo de sociabilidade.

O termo *cidade* não se confunde com o vocábulo *urbano*, apesar de estarem imbricados. Ou seja, quando falamos em cidade, estamos nos referindo ao conjunto de edificações que se materializam num determinado espaço. Cidade, portanto, diz respeito à materialidade agregada ao solo com diferentes usos. Já o urbano diz respeito ao 'modo de vida', à maneira tal como os cidadãos fazem uso dessa materialidade, incluindo o conjunto de relações que estabelecem com o lugar onde estão inseridos. Enfim, urbano diz respeito, ainda, “às associações vinculadas a sentimentos e emoções que permeiam as relações humanas” (CARLOS, 1992, p. 12, grifo no original).

Para introduzir este tema no conjunto das reflexões expostas até aqui, recorreremos à análise empreendida por Benjamin em seu ensaio: *Paris, a Capital do Século XIX* (BENJAMIN, 2006). Nesse ensaio, Benjamin descreve detalhadamente o advento das passagens e a gigantesca transformação da cidade, cuja arquitetura em ferro e vidro impõe, além de uma nova e arrojada configuração do espaço urbano, inéditas formas de habitar, sentir e viver na cidade moderna.

De acordo com Matos, ao mesmo tempo em que o autor se refere à cidade como a capital política da Europa, “dos Tratados de Paz e dos êxtases revolucionários: 1789, 1830, 1848, 1871, 1891, 1936, 1968”, Paris também é considerada por Benjamin como ‘a capital do capital’ (MATOS, 1998, p. 13, grifos no original), isto é, como a forma exemplar de “circulação do capital” e de “fetichismo da mercadoria” (MATOS, 1998, p. 13, grifos no original). Este fato poderia ser observado de modo cristalino nos novos arranjos e construções impostos à cidade de Paris.

Benjamin (1989), descrevendo a forma como a cidade de Paris se consolida a partir do século XIX, reconhece, nesse processo, o projeto de acumulação do capital, cujo planejamento fora projetado e viabilizado por Haussmann,³ pois

ele realizou sua transformação da imagem da cidade com os meios mais modestos que se possa pensar: pás, enxadas, alavancas, e coisas semelhantes. Que grau de destruição já não provocaram esses instrumentos limitados! E como cresceram, desde então, como as grandes cidades, os meios de arrasá-las! Que imagens do porvir já não evocam! --- Os trabalhos de Haussmann haviam chegado ao ponto culminante; bairros inteiros eram destruídos (BENJAMIN, 1989, p. 84).

A destruição produtiva da cidade ou a “construção destrutiva” (ARANTES, 2011, p. 94) que começa pouco a pouco a aniquilar os vínculos que o cidadão estabelece com o lugar não é um fenômeno atual. Sua gênese já se configura no passado. Talvez, o fato novo que caracteriza esse processo diz respeito à velocidade com que as mudanças ocorrem bem como ao ritmo alucinante imposto pela economia de mercado nas sociedades contemporâneas. A sociedade contemporânea tem sido caracterizada como aquela em que os indivíduos mais estariam sujeitos ao choque, devido ao medo, à multiplicidade de tarefas, apelos, mudanças e obrigações de toda ordem, inclusive de natureza tecnológica. Nesse contexto, o indivíduo se vê cada vez mais desprotegido com relação aos múltiplos estímulos a que está submetido diariamente.

Não por acaso a compreensão da teoria freudiana acerca do trauma e, também, do choque é a fonte de inspiração para refletirmos sobre os processos aqui descritos.

³“Baron Haussmann, cuja atividade incorpora-se ao imperialismo napoleônico que favorece o capitalismo financeiro” BENJAMIN (2006).

Com relação a este aspecto, Freud acredita que “podemos nos arriscar a ver a neurose traumática ordinária como a consequência de uma vasta ruptura da proteção contra estímulos” (FREUD, 2010, p. 194). De modo geral, o autor estabelece a devida distinção entre a neurose traumática e o choque, constatando que, apesar das especificidades, não se trata de “termos inconciliáveis” (p. 194). Nesse sentido, Freud (2010) considera que

[...] a essência do choque estaria no dano direto da estrutura molecular, ou mesmo da estrutura histológica dos elementos do sistema nervoso, enquanto nós procuramos explicar seu efeito pela ruptura da proteção [contra estímulos] para o órgão psíquico e pelas tarefas que daí resultam. O susto mantém sua importância também para nós [...] (FREUD, 2010, p. 194).

Como se vê, o processo de desproteção a que o indivíduo está submetido em todas as dimensões da vida, desde formas aparentemente benignas, instiladas pela Indústria cultural, até as mais radicais de violência, coloca a questão do habitar e viver nas atuais metrópoles como um grande desafio. Um dos desafios é lutar para reverter ou minimizar os efeitos produzidos pelo choque, em decorrência das transformações vertiginosas a que estamos assistindo. Poderíamos pontuar esse processo considerando as múltiplas situações de choque a que estamos submetidos:

1. Na esfera social, sob a regência da televisão, o choque diante da violência exibida de modo espetacular e sensacionalista. Trata-se da exposição abusiva dos indivíduos às imagens de violência, “[...] que explodem em profusão em nossa cara, veiculadas pela mídia e consumidas a granel por toda a sociedade [...]” (ENDO, 2005, p. 245).

2. Na esfera cultural, a tendência ao predomínio das mídias, com a proliferação de modelos que padronizam gostos e comportamentos, ataca a experiência formativa e enfraquece o papel da educação na formação do sujeito. Nesse registro, “O telespectador encontra-se num viveiro imagético, volátil, sem fendas, nem fraturas, onde, através da sequência impressionantemente veloz das imagens, se apresenta o ideal de um mundo aquém e imune à castração” (ENDO, 2010, p. 254).

3. No plano econômico, o processo de alienação do trabalhador e de desespero vinculado à ideia da possibilidade do desemprego. Assim, “o operário reage aos estímulos da máquina como um autômato, que lhe impõe uma resposta semelhante a um choque elétrico” (ROUANET, 2013, p. 362).

4. Na esfera política, as mudanças incessantes e descontínuas que atacam permanentemente os direitos sociais, econômicos e políticos contribuem ainda mais para deixar o cidadão nesse estado de desproteção. Podemos, também, pensar no “[...] golpe de Estado, tentativa voluntarista de intervir no processo histórico, em contraste com a revolução, que implica o lento amadurecimento das condições objetivas [...]” (ROUANET, 2013, p. 362).

4. Na cena urbana, com o ‘espetáculo das multidões’, um novo impacto se configura, cuja manifestação tem o choque como principal característica. Como observou Benjamin (1989), o deslocamento frenético a que o indivíduo está submetido na grande metrópole implica “[...] uma série de choques e colisões” (BENJAMIN, 1989, p. 124). Não por acaso, a metáfora que melhor exprimiu a condição do homem mergulhado nesse novo universo foi ‘o caleidoscópio dotado de consciência’, isto é, uma “[...] multiplicidade de fragmentos desordenados” (1989, p. 124). Como observou, ainda, o autor, “nos cruzamentos perigosos, inervações fazem-nos

estremecer em rápidas sequências, como descargas de uma bateria” (BENJAMIN, 1989, p. 124).

Assim, constatamos que as descrições sobre a cidade, a multidão e esse novo universo de imagens que controla, vigia e domina o homem moderno, iluminam uma multiplicidade de aspectos que permitem pensar, inclusive, a questão da memória. Nesse aspecto, a pergunta que poderíamos fazer seria: quais as consequências que os mecanismos produzidos pelo choque trariam para a formação ou conservação da memória?

De acordo com as concepções benjaminianas apoiadas em Freud, tais mecanismos produziram um brutal empobrecimento da memória. Seu empobrecimento resulta do fracasso da consciência, cuja função básica seria “[...] a de agir como proteção contra estímulos [...]” (BENJAMIN, 1989, p. 109). Com respeito a este fato, Rouanet (1990) observa:

A consciência está, pois, continuamente mobilizada contra a ameaça do choque, donde Benjamin conclui que quanto maiores os riscos objetivos de que este choque venha a produzir-se, mais alerta fica a consciência, o que significa, aceita a tese da relação inversa entre consciência e memória, que esta se empobrece correspondentemente, passando a armazenar cada vez menos traços mnêmicos (ROUANET, 1990, p. 45).

Assim, podemos concluir que o homem moderno tende a converter-se em um ser ‘amnésico’, pois sua recordação é superficial, fugaz, desagregada e descontínua e “[...] os conteúdos psíquicos capazes de incorporar-se à sua experiência não deixam rastros mnêmicos [...]” (ROUANET, 2013, p. 326).

Acrescenta-se a esse processo o fenômeno da alienação que se estende do interior da fábrica e tende a dominar a sociedade. O mecanismo da alienação dificulta, em particular na grande metrópole, o processo de sociabilidade e, até mesmo, de solidariedade e reconhecimento de si e do outro, contribuindo para a degradação da experiência individual e da coletiva. Na metrópole, os indivíduos “[...] não se sentem mais em casa. Começam a tomar consciência do caráter desumano da grande cidade” (BENJAMIN, 2006, p.49). Isto pode ser observado no modo como a rua, a cidade e a cidadania vêm se constituindo com base no anonimato, na destruição do espaço público e na substituição do cidadão (não o formal) pela figura do consumidor.

Se tomarmos um mapa da região metropolitana de São Paulo anterior ao predomínio do automóvel, portanto dos interesses da indústria automobilística, notaremos a presença marcante dos campos de várzeas. Esses espaços, além de imprimirem um aspecto menos cinzento à paisagem da cidade, apresentavam uma função acolhedora para a vida do bairro, porque neles aconteciam formas de sociabilidade e encontro cuja experiência se perdeu.

Carlos (1994) indaga acerca desses processos que contribuíram para descaracterizar e destruir os referenciais que o cidadão reconhecia na cidade. Ora, o futebol no fim de semana e o encontro após o jogo, as possibilidades de lazer e de festa, bem como a destinação desses espaços a outros usos que não os normatizados e regrados pela economia de mercado desaparecem. A este respeito, Bosi (1992) atesta que, “[...] nas várzeas tão importantes na história paulistana... a da Barra Funda, do Limão, da Casa Verde, do Glicério: eram mais de mil campos de futebol. Só depois que as várzeas foram sendo ocupadas pela indústria é que começamos a assistir ao futebol de estádio (BOSI, 1992, p. 146).

O campo de várzeas, além de ponto de encontro, significava um local onde era possível o exercício da solidariedade, do fortalecimento dos laços de vizinhança, de sociabilidade e amizade. Sob esse ponto de vista, Carlos observa que

O novo engole incessantemente as formas onde se inscreve o passado. A constituição da metrópole revela o fato de que à medida que cresce vai incorporando novas áreas, descaracterizando-as, pois as transforma completamente, seja pelo processo de adensamento de antigas áreas, incorporação de novas, ou pelas modificações nos usos. O processo de reprodução do espaço urbano vai se constituindo eliminando os pontos de encontro, o lugar da festa, tragando os rituais e seus mistérios, eliminando referências, destruindo a memória social e fragmentando o espaço e as relações entre os indivíduos através da descaracterização de bairros inteiros (CARLOS, 1994, p. 430).

Poderíamos indagar o que acontece com a memória social, coletiva perante as transformações aqui mencionadas. São transformações abruptas e gigantescas que incidem nos planos social, político, econômico, antropológico etc. São mudanças no plano do imaginário e da cultura que resvalam na dimensão simbólica e psíquica do indivíduo.

Retomando-se a questão da imagem, em especial o modo como ela se processa nas metrópoles contemporâneas, é mister destacar reflexões de alguns autores sobre este tema. Na perspectiva de compreender o fenômeno da imagem, num universo saturado por ela e inflacionado pela sua presença caótica, Matos (1993) propõe uma reflexão, valendo-se da canção de Chico Buarque, *Vitrine*, “[...] *de sabor Baudelairiano-Benjaminiano*” (MATOS, 1993, p. 114, grifos no original). Na interpretação da autora, o modo como a canção tematiza, sobretudo, a questão do olhar, assegura o fato de que na grande metrópole a perda da capacidade de olhar tende a ganhar força.

A canção identifica, também, o ‘estranhamento’ do cidadão com relação a ela, tornando-se “[...] *um signo ameaçador: é um vão, não vá lá não*” (MATOS, 1993, p. 116, grifos no original), pois, com as modificações permanentes e o desaparecimento dos chamados ‘pontos de referência’, sobretudo, espaciais, a cidade perde seu caráter acolhedor, tornando-se estranha e fria tanto quanto a imensa massa que por ela se desloca. Acrescenta-se a este fato o perigo que obriga as pessoas a viverem com medo, senão com pânico, cujo panorama é frequentemente retratado de forma sensacionalista pelas mídias, em especial pelo jornal televisivo. Para a autora,

Na grande cidade, os olhos, pela experiência do choque e dos riscos de vida, se convertem em ‘dispositivos de segurança’, ‘perdem a capacidade do olhar’, perda que se manifesta exemplarmente em Baudelaire: ‘Baudelaire descreve olhos dos quais se poderia dizer que perderam a capacidade de olhar [...]. Poder-se-ia dizer que tanto mais subjugante é um olhar quanto mais profunda é ausência de quem olha’ (MATOS, 1989, p. 73).

A autora destaca outro aspecto retratado pela canção de Chico Buarque que faz referência à questão da ‘sombra’: “Vemos tua sombra a se multiplicar”. Pensando, em especial, no mito da caverna, recurso literário e teatral no qual Platão retrata a condição do homem diante da realidade, percebe-se que na grande metrópole fomos

condenados a uma espécie de 'caverna a céu aberto', ou seja, a um 'mito da caverna ao revés' (MATOS, 1989, p. 115-116), pois as sombras se multiplicam de forma alucinante e, mais ainda, sem a presença de um "fogo central" que garanta estabilidade e indício de boa direção (1989, p. 115-116, grifos no original).

Essa cegueira ou perda da dimensão do olhar, que atinge e alucina os habitantes da cidade, quer pela inflação de imagens, quer pela pressa e pela aceleração do tempo, aparece de modo evidente no poema de Baudelaire *A Uma Passante*. O soneto exprime, ao mesmo tempo, o amor que arrebatou o coração do poeta e sua impossibilidade, dado o fato de a passante ter desaparecido abrupta e repentinamente em meio à multidão. Nesse aspecto, Benjamin (1999) indica que

O soneto não apresenta a multidão como o asilo do criminoso, mas sim como o refúgio do amor que foge ao poeta. Pode-se dizer que não trata da função da massa na existência do burguês, mas na do ser erótico. À primeira vista, essa função parece negativa, mas não o é. A aparição que fascina o poeta, longe de ser subtraída da multidão, só através desta lhe será entregue [...] o nunca da última estrofe é o ápice do encontro, momento em que a paixão, aparentemente frustrada, só então, na verdade, brota do poeta como uma chama. O poeta arde nessa chama; dela, contudo, não emerge nenhum fênix (BENJAMIN, 1999, p. 42).

A cena descrita pelo soneto nos faz compreender, nas palavras de Benjamin (1989, p. 118), que "o encanto desse habitante da metrópole é um amor não tanto à primeira vista quanto à última vista. É uma despedida para sempre, que coincide, no poema, com o momento do fascínio" (BENJAMIN, 1989, p.118, grifos no original). O autor observa, ainda, que a temporalidade da lógica industrial, que cronometrizava, instrumentaliza, normatiza e reduz o tempo a um elemento vazio, abstrato e sem sentido, destrói o tempo livre e qualitativo do poeta. Por outro lado, o tempo do flâneur permitia, a este, passear olhando a multidão e estranhando-a, pois sua tarefa era, segundo Benjamin (1989), "declarar guerra ao taylorismo" (BENJAMIN, 1989, p. 50-51, grifos no original), declarar guerra à temporalidade industrial produtivista, que destrói a memória individual e a coletiva, investe contra o espírito e automatiza o corpo. Nesse sentido, é sugestiva a descrição benjaminiana da Paris de Baudelaire, sobretudo a cena na qual

Ainda se apreciavam as galerias, onde o flâneur se subtraía da vista dos veículos que não admitem o pedestre como concorrente. Havia o transeunte, que se enfia na multidão, mas havia também o flâneur, que precisa de espaço livre e não quer perder sua privacidade. Ocioso, caminha como uma personalidade, protestando assim contra a divisão do trabalho que transforma as pessoas em especialistas. Protesta igualmente contra a sua industriabilidade. Por algum tempo, em torno de 1840, foi de bom-tom levar tartarugas para passear pelas galerias. De bom grado o flâneur deixava que elas lhe prescrevessem o ritmo de caminhar. Se o tivesse seguido, o progresso deveria ter aprendido esse passo. Não foi ele, contudo, a dar a última palavra, mas Taylor, ao transformar em lema o "Abaixo a flâneur!" (BENJAMIN, 1989, p. 50-51).

De fato Taylor decretou a última palavra. Mais do que nunca, a nova temporalidade inscrita no sistema produtivo imprimiu um ritmo acelerado que afeta

não somente a esfera do trabalho, mas a do cotidiano. Acrescentam-se a este fato as novas configurações assumidas pela ciência e pela técnica na contemporaneidade. Vivemos um intenso processo de transformação em praticamente todos os níveis da vida social, cujo impacto altera pouco a pouco os suportes materiais da existência, a temporalidade por meio de seu ritmo cada vez mais acelerado e, conseqüentemente, o universo simbólico bem como o imaginário individual e o coletivo. Não por acaso, esse conjunto de transformações, ocorrido no (e para beneficiar o) capitalismo, modifica hábitos, valores, padroniza comportamentos, formaliza e converte o cidadão em consumidor e, praticamente, institui na metrópole uma nova forma de habitar e viver. Nesse sentido, podemos indagar acerca dos impactos que essas transformações operam no campo da memória individual e da coletiva.

Na esfera econômica, a adoção de tecnologias cada vez mais agressivas ao meio ambiente, cujo novo padrão descarta, debilita e põe na informalidade o trabalhador, fazendo-o se esquecer de que a fonte da riqueza ainda está na mais-valia apropriada pelo sistema. Na esfera educativa/escolar a proliferação generalizada de aparelhos eletrônicos, desde celulares aos recursos tecnológicos de última geração, convivendo com o chamado 'déficit de atenção' e com uma dificuldade crescente, em particular do jovem, em educar a atenção, fato que exige concentração e esforço.

Se for verdade que o mundo contemporâneo está repleto de amnésicos, isto é, "[...] desmemoriados, que não se lembram de nada, e os memoriosos, que se lembram de tudo, exceto do essencial [...]" (ROUANET, 2013, p 363), caberia a indagação sobre os mecanismos que favorecem este processo. Apesar de alguns desses mecanismos já terem sido expostos e desenvolvidos no decorrer deste texto, consideramos importante retomar a questão do arquivo, considerando a leitura realizada por Derrida (2001) na perspectiva da psicanálise freudiana.

Derrida (2001), em seu texto, *Mal de arquivo: uma impressão freudiana* apresenta um conjunto de indagações que procuram, entre outros aspectos, pensar o arquivo em si, isto é, o seu conteúdo e o campo de forças e de poder que deliberam sobre esses elementos e, ainda, o vínculo que este processo apresenta com a técnica ou o suporte externo no qual o arquivo se apoia. Portanto, ao admitir uma ligação entre arquivo e poder, o autor considera a supremacia do poder sobre o arquivo, admitindo o papel daquele sobre este, análogo ao da pulsão de morte sobre o psiquismo.

É nessa perspectiva que Derrida (2001) desconstrói a ideia de arquivo, enfatizando o suporte material e o modo de arquivar como condição fundamental. Para o autor, "não há arquivo sem um lugar de consignação, sem uma técnica de repetição e sem uma certa exterioridade. Não há arquivo sem exterior" (DERRIDA, 2001, p.22).

A ideia central que do texto de Derrida que interessa para a questão sobre a qual refletimos neste artigo diz respeito ao conjunto de questões que o autor suscita ao indagar sobre os impactos que as novas tecnologias representariam quer para a estrutura do aparelho psíquico em si, quer para a forma de registro executada pela psicanálise. Desse prisma, o autor indaga-se:

O aparelho psíquico seria melhor representado ou diferentemente afetado pelos muitos dispositivos técnicos de arquivamento e reprodução, de próteses da memória chamada viva, de simulacros do vivente que já são e serão no futuro tanto mais refinados, complicados, potentes que o 'bloco mágico' (microinformatização, eletrônica, computadorização etc.)? (DERRIDA, 2001, p. 27).

O autor evita, ao menos explicitamente, uma análise valorativa deste processo, embora problematize um conjunto de questões com respeito ao futuro da psicanálise, apontando que,

[...] se as reviravoltas atuais afetassem as estruturas mesmas do aparelho psíquico, por exemplo, em sua arquitetura espacial e em sua economia de velocidade, em seu tratamento do espaço e da temporalização, não se trataria mais de um simples progresso contínuo na representação, no valor representativo do modelo, mas de toda uma outra lógica (DERRIDA, 2001, p. 27).

É nesse horizonte que Derrida questiona os possíveis impactos que o surgimento de novas técnicas operaria nos destinos da psicanálise, pensando, além do que foi exposto acima, “[...] no arquivamento da própria psicanálise, de sua ‘vida’, de suas ‘atas, de seus processos privados e públicos, secretos e manifestos [...]” (DERRIDA, 2001, p. 27). Enfim, o autor indaga sobre o novo desenho temporal e espacial que se configuraria se, por exemplo, o fax, a teleconferência, isto é, o conjunto de dispositivos eletrônicos, estivessem à disposição de Freud e seus colaboradores. Considerando-se a intensa troca epistolar entre eles, como seria se, por exemplo, o correio eletrônico os houvesse poupado do esforço e do tempo gasto “para escrever milhares de cartas à mão” (p. 28). Em suma, de que maneira os novos dispositivos tecnológicos alterariam, sobretudo, os processos psicanalíticos em matéria de tempo, espaço, comunicação e, conseqüentemente, a própria memória.

Tomando-se essas questões na perspectiva do tema que nos propusemos a refletir – a memória e da experiência no contexto da metrópole contemporânea –, teríamos mais indagações do que conclusões e certezas. Os processos tecnológicos e as formas de apropriação da cidade e do tempo têm colocado para o conjunto das ciências humanas novas problemáticas, cuja interpretação exige um esforço cada vez maior.

Cidade: preservação ou memória apagada?

Uma das questões que suscitam nosso interesse, tendo em vista a análise do arquivo, diz respeito à possibilidade de pensar a cidade também como um lugar onde se materializa uma história e se constitui a memória. Portanto, um arquivo, no sentido amplo do termo; a cidade como um imenso livro que traduz nas suas formas um conteúdo estético, ético e histórico. Trata-se, no entanto, de um conteúdo que progressivamente vai sendo corrompido pela lógica do que se convencionou chamar ‘planejamento urbano’, cuja metáfora seria o ‘canteiro de obras’. Não por acaso, Baudelaire já havia notado que “[...] a forma de uma cidade muda mais depressa que o coração de um mortal[...]” (Apud CARLOS, 1991, p. 91).

Dadas as diferenças e considerando as especificidades concernentes ao arquivo propriamente dito, seria possível tomar as formas arquitetônicas e o arranjo geométrico que constitui a cidade como lugares também caracterizados pela dimensão da memória individual e da coletiva? Se a chamada memória social tem relação com sua história bem como com o conjunto de instituições, com a arquitetura e com a fisionomia dos lugares, a chamada ‘operação urbana’, empreendida em moldes capitalistas, representa um processo de destruição progressiva dessa memória?

Nesse sentido, podemos falar numa espécie de arquivo inacessível, construído por múltiplas intervenções; semelhante a um documento original que, após sofrer inúmeras alterações, conservaria apenas os últimos traços. Não por acaso, discute-se muito sobre o apagamento dos rastros, característico da forma como a metrópole tem se desenvolvido e pela opção de desenvolvimento que está na base do seu ‘progresso’.

Que se pense na metrópole paulista e na forma como seus bairros foram sendo incorporados à lógica da expansão imobiliária e dos processos de intervenção do poder público. Nos dois casos verificou-se, sobretudo nas últimas décadas, uma progressiva apropriação do espaço público da cidade como mercadoria. Nesse sentido, as chamadas reforma urbana, revitalizações ou planejamento têm sido incapazes de contemplar outros interesses que não estejam alinhavados com a economia de mercado. Por isso, a cidade vai sofrendo várias intervenções: remanejamento de moradias, encarecimento dos aluguéis, expulsão de moradores para áreas cada vez mais distantes, destruição de ruas e praças. Muitas vezes, um único bairro sofre várias intervenções, nas quais múltiplos planos se sobrepõem, fato que contribui para que os seus moradores não se identifiquem mais com o lugar, portanto, não estabeleçam vínculos duradouros e, conseqüentemente, tendam a sofrer um processo de expropriação de sua memória.

A descaracterização dos lugares, a fragmentação, a implosão e destruição, na perspectiva de uma visão moderna de planejamento urbano, têm sua origem no taylorismo e sua exacerbação no contexto da chamada 'cidade-empresa', a megacidade capitalista, conformada às exigências do mercado. Sua meta pauta-se pela performance competitiva, pela ação eficaz e, também, pela adoção de uma estratégia flexível tal como a que se verifica no novo capitalismo de alcance global. Nessa grande cidade, a preservação da história, portanto da memória, é posta em segundo plano, cujo acesso pode tornar-se cada vez mais restrito.

A forma moderna e contemporânea do capitalismo, apoiada no gigantesco desenvolvimento tecnológico, inaugura uma nova percepção do tempo e do espaço. Pensando na questão da memória e da experiência, indagamos sobre suas transformações no contexto da grande metrópole, onde a 'compressão do tempo e do espaço' é um dado, entre outros, a se considerar. Lembramos que a expressão cunhada por Harvey (1992) diz respeito tanto ao intenso processo de encurtamento das distâncias e diluição de fronteiras, proporcionado pelas tecnologias de transporte, quanto pela diluição do tempo sem referência ao antes, ao agora e ao depois, proporcionado pelas tecnologias de comunicação.

Inserida nesse contexto, a cidade tem sido o palco privilegiado em que essas transformações estão na ordem do dia. Nela a comunicação direta é substituída pela superficialidade das redes sociais, das salas de bate-papo, do *Twitter* do *Facebook*. Basta tomarmos um transporte público ou frequentarmos qualquer espaço público ou privado, as cenas de pessoas cada vez mais entretidas com seus celulares são frequentes e semelhantes. Na mesma perspectiva, a memória tende a ser substituída por poderosas máquinas cada vez mais eficientes no tratamento e registro de informações que se apagam tão logo aparece uma mais recente.

Considerações finais

Para concluirmos a reflexão sobre a memória e a experiência no contexto da sociedade de massas, tendo como pano de fundo a transformação da cidade em metrópole, bem como a temporalidade inscrita nesse processo, apresentamos a seguinte questão: quando Derrida expôs o advento de novos dispositivos tecnológicos, tendo em vista a eficiência e a execução do arquivo na perspectiva da psicanálise e da memória, o autor sugeriu várias indagações. Da mesma forma, poderíamos indagar sobre o que acontece com a formação do indivíduo, a conservação da memória e a experiência social, portanto, a questão da sociabilidade, no atual contexto histórico marcado por profundas transformações tecnológicas e científicas. Apenas como exemplo, vários pensadores, entre eles Chauí (2006), já se ocuparam em dizer que a escola, por exemplo, terá de repensar o seu papel, pois nesse universo cercado por

tecnologias e pela indústria cultural, que tende a minimizar o trabalho do pensamento, provavelmente a tarefa de ensinar terá novos desafios – entre os quais, convencer a nova geração de estudantes que o pensamento é resultado de um trabalho e que este exige esforço, concentração e capacidade para resistir ao ‘desapontamento’ (CHAUI, 2006, p, 15). Por outro lado, a experiência individual e a coletiva requerem um intenso trabalho de politização da sociedade ou de educação política para que as lutas, em particular aquelas voltadas para a conservação da memória, sejam retomadas, compreendidas e valorizadas pela coletividade.

Bibliografia

- ADORNO, T. W. **Educação e emancipação**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- ARANTES, O. **Chai – na**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2011.
- BLANCHOT, M. **A conversa infinita**. São Paulo: Escuta, 2007.
- BOSI, E. Memória da cidade: lembranças paulistanas. In: SÃO PAULO, DEPARTAMENTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO. **O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania**. São Paulo: SME, 1992, p. 145-149.
- BENJAMIN, W. **Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1989. (Obras Escolhidas, v. 3).
- _____. **Passagens**. São Paulo: Imprensa Oficial; Belo Horizonte: Ed da UFMG, 2006.
- CHAUI, M. **Simulacro e poder: uma análise da mídia**. São Paulo: Perseu Abramo, 2006.
- CARLOS, A. F. A.. **A cidade**. São Paulo: Contexto, 1992.
- _____. **Metrópole: Mutações e Persistências**. In: CONGRESSO NACIONAL DE GEOGRAFIA, 5., 1994, Curitiba. **Anais...** Curitiba: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1994.
- DERRIDA, J. E. **Mal de arquivo: uma impressão freudiana**. Rio de Janeiro: Relume, 2001.
- ENDO, P. C. Corpo e violência. In: ENDO, P. C. **A violência no coração da cidade: um estudo psicanalítico**. São Paulo: Escuta, 2005.
- _____. **Pensamento como margem, lacuna e falta: memória, trauma, luto e esquecimento**. Revista USP, n. 98, p. 41-50, jul./ago., 2013.
- FREUD, S. **Além do princípio do prazer e outros textos (1917-1920)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- _____. **Recordar, repetir e elaborar**. In: _____. **Obras completas v. 10**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- GAGNEBIN, J. M. **Lembrar escrever esquecer**. São Paulo: Editora 34, 2006.
- HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1992.
- MATOS, O. C.F. **O iluminismo visionário: Benjamin, leitor de Descartes e Kant**. São Paulo: Brasiliense, 1999.
- RICOEUR, P. **Percursos do reconhecimento**. São Paulo: Loyola, 2006.
- _____. **Memória, história, esquecimento**. Conferência proferida em Budapeste. 2003.
- ROUANET, P. S.. **Édipo e o Anjo: Itinerários freudianos em Walter Benjamin**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1990.
- _____. **Tempo, tempo, tempo**. In: NOVAES, A. (Org.). **Mutações: o futuro não é mais o que era**. São Paulo: Edições SESC, 2013.

Recebido para publicação em 11-08-14; aceito em 13-09-14